

Telma de Barros Correia

Arquiteta e Urbanista, livre-docente pela Universidade de São Paulo, pesquisadora e docente do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Avenida Trabalhador São-Carlense 400, CEP 13566-590, São Carlos, SP, (16) 3373-9295, tcorreia@sc.usp.br

A reflexão sobre a arquitetura, o urbanismo e a cidade por pesquisadores brasileiros vem ampliando seu alcance e expandindo seus temas, objetos e abordagens. Ao mesmo tempo em que se multiplicam os programas e instituições de pesquisas, a produção se amplia e se diversifica em diferentes sentidos, inclusive no que se refere à qualidade. Constata-se uma produção muito desigual – de dissertações, teses e artigos - em meio a exigências crescentes de encurtamento de prazos e ampliação numérica de resultados. De um lado, há uma crescente produção de trabalhos apressados, pouco originais e mal desenvolvidos. De outro, indicando que o zelo pelo conhecimento resiste à tendência de busca de resultados rápidos, colocam-se importantes trabalhos que exploram com extremo rigor e pertinência temas relevantes, oferecendo contribuições importantes ao conhecimento e à ação no campo da arquitetura e do urbanismo.

É entre estes últimos que se situa a tese intitulada “A noção de “ambiente” em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália”, defendida em 2013 no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, em São Carlos, por Renata Campello Cabral, com orientação do Professor Carlos Roberto Monteiro de Andrade. Confirmando suas qualidades excepcionais, o trabalho recebeu em 2014 dois importantes prêmios nacionais de melhor tese desenvolvida na área de Arquitetura e Urbanismo: o concedido pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o conferido pela ANPARQ (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). A autora é arquiteta, formada na Universidade Federal de Pernambuco, onde após o doutorado iniciou carreira docente.

O trabalho aborda as contribuições do engenheiro Gustavo Giovannoni para a legislação de proteção do patrimônio cultural na Itália durante a primeira metade do século XX, enfatizando sua ação na introdução do conceito de “ambiente” nesta legislação. Tem como referências a historiografia acerca da obra de Giovannoni e a produção deste profissional, tanto no que se refere às suas formulações teóricas divulgadas através de artigos e palestras, quanto à sua atuação prática como consultor em órgãos ministeriais e como colaborador na redação de leis e cartas. A tese avalia o papel essencial desempenhado por esse engenheiro, dotado de grande cultura urbanística, na formulação de conceitos e na aplicação de procedimentos no campo da tutela do patrimônio. Sublinha sua atuação na superação da noção de tutela do “monumento” isolado e na consolidação da noção do “ambiente do monumento”, que submete seu contexto a restrições legais e enfatiza a relevância das relações entre a arquitetura e o urbanismo nas práticas de proteção do patrimônio. Assinala sua contribuição para a introdução do “plano” como instrumento de ação no campo da conservação. Discute as estratégias mobilizadas por Giovannoni na defesa da noção de ambiente, assim como o grande esforço intelectual e profissional empreendido por ele e por alguns de seus contemporâneos para ampliar o alcance das leis de proteção. Investiga como se relacionou com seus interlocutores, tanto na gestão pública, quanto nas formulações teóricas.

Conceitos trabalhados por Giovannoni como “ambiente do monumento”, “ambiente tradicional dos lugares” e “complexos de coisas imóveis que compõem um característico aspecto com valor estético e tradicional”, são investigados em suas

implicações na tutela das “coisas de interesse artístico e histórico” e das belezas naturais. A abrangência e o significado desta ação são sublinhados através da análise de um conjunto de estratégias adotadas ao longo de sua atuação profissional. Conforme assinala Renata Cabral:

“Identifica-se, ao longo da tese, na análise de cada lei, como Giovanonni subverte limites temáticos e de campos disciplinares, como ao engendrar uma tutela do construído em uma legislação voltada para as belezas naturais e panorâmicas (...); ou quando extrapola o objeto privilegiado da legislação das “belas-artes” - os monumentos -, para incorporar também seu contexto, permeado de “arquitetura menor” (...), ou ao conferir diretrizes projetuais em seus pareceres ministeriais, no momento de aplicação das leis de tutela vigentes (...) ou quando, enfim, em um congresso que ficará marcado na história como o produtor do primeiro documento internacional de referência sobre o restauro, ele trata de planejamento urbano. Natural e construído, projeto, planejamento e tutela, urbanismo (*edilizia cittadina*), história e restauro são os elementos dessa imbricada rede” (CABRAL, 2013, p. 179).

Tais questões são trabalhadas por Renata Cabral de forma extremamente criteriosa, através de um grande e delicado esforço de leitura e interpretação. A pesquisa é enriquecida pela qualidade do texto - equilibrado, bem construído e muito bem escrito -, cuja clareza e leveza tornam sua leitura, não apenas útil, como muito agradável. Elegante e maduro, o texto em nenhum momento resvala em um tom laudatório da preservação, baseado em uma visão superficial e heroica abraçada por muitos dos que se colocam como seus defensores. Enfrenta a complexidade das decisões no campo do patrimônio, dando conta de toda a flexibilidade de leitura de um procedimento de análise baseado na

avaliação caso a caso. Dialoga com um conjunto de imagens – fotografias e desenhos – mobilizadas com extrema pertinência, uma vez que essenciais à compreensão do texto e bem colocadas na sequência da narrativa.

A tese oferece uma contribuição relevante à análise do pensamento e da ação de Giovanonni – personagem importante e pouco conhecido entre os pesquisadores brasileiros – e à história das leis de tutela na Itália. Merece, também, ser sublinhada a extrema pertinência do estudo no momento atual no Brasil, face à necessidade de ampliação das bases teóricas que fundamentam as decisões e debates referentes ao patrimônio histórico arquitetônico e paisagístico e como uma contribuição para a reflexão sobre os métodos de trabalho aplicados nos estudos que servem de base para tais decisões.

A abordagem da questão do ambiente em Giovanonni a partir de sua atuação na formulação e aplicação de normas legais permitiu uma aproximação com os métodos de trabalho por ele aplicados. Seus pareceres, croquis, desenhos em fotografias, etc., atestam seus estudos detalhados e suas análises criteriosas e indicam a utilidade destes diferentes recursos nas investigações e decisões legais relativas à proteção do patrimônio arquitetônico, urbano e paisagístico. A reflexão sobre seu método de trabalho se mostra bastante útil por prestar-se como alerta diante de ações discutidas e decididas de forma apressada, abdicando de amplos recursos - que vão dos argumentos discursivos às fotografias e peças gráficas - cuja utilidade é valiosa em análises criteriosas. A intervenção em um bem cultural como a cidade, dotado de valores - artísticos, históricos e naturais – merecedores de atenção e possível proteção, é sempre uma decisão delicada, que exige ponderações, cuidados e fundamentos. Possibilidade que é atestada pela obra de Giovanonni.